

As múltiplas transformações no Estado e na sociedade provocaram profundas alterações, quer no perfil sociológico do desempenho dos tribunais, quer no contexto social da justiça. A emergência ou maior visibilidade de certas formas de criminalidade, a mediatização da justiça, a globalização do direito, o agravamento das desigualdades sociais, a emergência de novos riscos públicos em domínios vários e as exigências da economia ao funcionamento da justiça são mudanças, entre outras, que colocam fortes desafios ao sistema de justiça e aos seus agentes. Este novo contexto e o crescente protagonismo social e político do sistema judicial e do primado do Direito, ambos considerados como pilares essenciais do Estado democrático, tendem a provocar sucessivos processos de reforma, confrontando, cada vez mais, quer os profissionais da justiça, quer outros profissionais que, com frequência, lidam com este sector com a necessidade de acompanhamento de todo este movimento de mudanças.

O programa de formação avançada proposto permite, não só a qualificação técnica dos formandos, mas também o desenvolvimento de boas práticas e dos melhores padrões e procedimentos, contribuindo, de forma decisiva, para a modernização, eficiência e eficácia do desempenho do sistema judicial globalmente considerado e para uma melhor articulação das instituições judiciais, quer internamente, quer com outras instituições do Estado e da sociedade civil.

Procura-se conceber o programa enquanto espaço de formação avançada, contínua e interdisciplinar, centrado nas competências e necessidades dos profissionais participantes, e explorando os diferentes campos temáticos que desafiam as ciências jurídicas, a cultura judiciária e o desempenho dos tribunais na sociedade portuguesa. Nesse sentido, é priorizada uma abordagem prática dos temas formativos seleccionados, expondo os formandos aos casos mais controversos e dotando-os de instrumentos reflexivos capacitadores de uma interpretação crítica e sustentada das soluções e dos dilemas, teóricos ou operativos, suscitados no contexto da formação.

Limitando-se as inscrições a um máximo de 40 formandos, procura centrar-se a formação nos participantes e na discussão das problemáticas apresentadas pela exposição inicial dos formadores (modelo: seminário e mesa-redonda).

Será ainda criado um *Fórum de discussão on-line* que manterá todos os participantes em rede, com o objectivo de proporcionar um espaço de debate de ideias, experiências, leituras e informações relevantes que prolongue a interacção formativa para além do contexto estrito do seminário/mesa-redonda.

Local de funcionamento

Os cursos de formação decorrerão nas instalações do CES (Coimbra), da ASJP (Lisboa) ou, sempre que se justifique, noutros locais do país.

Custos de inscrição

O preço da inscrição será fixado para cada curso.
Os associados da ASJP terão um desconto de 30% sobre o valor da inscrição.

Organização

Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP)

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra /
Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (CES/
OPJ)

Contactos

Justiça XXI - justicaxxi@ces.uc.pt

ASJP

Rua Ivone Silva, n.º 6, Lote 4, 19.º Direito
Edifício Arcis
1050-124 Lisboa
Telefone: 21 781 61 80
Fax: 21 793 50 35
www.asjp.pt

CES/OPJ

Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3001-401 Coimbra
Telefone: 239 855 570
Fax: 239 855 589
www.ces.uc.pt

Justiça XXI

Programa de Formação Avançada

2008



Coordenação

José Mouraz Lopes, Luís Azevedo Mendes,
Nuno Coelho (ASJP)

Boaventura de Sousa Santos, Casimiro Ferreira,
Conceição Gomes (CES/OPJ)

Destinatários

Os cursos de formação avançada são dirigidos a todos os profissionais da justiça ou com especial ligação a este sector, designadamente magistrados judiciais e do Ministério Público, advogados, funcionários judiciais, órgãos de polícia criminal, meios de comunicação social, técnicos de instituições do Estado, de associações ou de organizações não governamentais.

Formadores

O corpo de formadores pretende-se ajustado à multidimensionalidade dos domínios temáticos trabalhados em cada curso de formação. Contará com a colaboração de académicos, investigadores, profissionais do foro (magistrados judiciais e do Ministério Público e advogados) e outros profissionais detentores de conhecimento específico e relevante no âmbito das temáticas formativas.

Número de cursos a realizar anualmente

Prevê-se a realização de 5 cursos de formação, podendo repetir-se cada um deles sempre que justificado. Os cursos decorrerão à sexta-feira e sábado, em horário e sob especificação a definir para cada um dos cursos.

Cursos para o ano de 2008

- Garantias e eficácia no quadro da nova reforma penal
- Novos desafios do Direito do Trabalho
- Imigração, integração e direitos humanos
- Organização e gestão dos Tribunais
- A nova intervenção da Justiça Administrativa

Regras de participação

Inscrições limitadas a 40 participantes.

As inscrições e o pagamento deverão efectuar-se a partir do anúncio do curso de formação até 15 dias antes da data prevista para o seu início. A prioridade é dada às inscrições por ordem de chegada. Em cada curso, 25% das vagas são reservadas aos associados da Associação Sindical dos Juizes Portugueses.

Dois dias após o fecho das inscrições, será enviado a todos os inscritos um plano do curso com a indicação das matérias e questões que os formadores prevêem desenvolver, bem como a documentação relevante para o acompanhamento do curso (legislação, bibliografia, textos de apoio).

Até 5 dias antes do início do curso, os formandos poderão suscitar, no âmbito do tema agendado, outras questões que considerem igualmente relevantes e que gostariam de ver discutidas no decurso da formação.

Todos os participantes no Curso passam a ter acesso ao *Fórum de discussão on-line*, dinamizado pelas entidades organizadoras.